



A CONSTITUIÇÃO DE HOLDING PATRIMONIAL PELO PRODUTOR RURAL – UMA ESTRATÉGIA PARA ALCANÇAR A SUSTENTABILIDADE ECONÔMICA

The constitution of asset holding by the rural producer - a strategy to achieve economic sustainability

João Porto Silvério Junior

UniRV - Universidade de Rio Verde, Rio Verde, GO, Brasil

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8323553235935271> ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0633-9318>

E-mail: portosilverio@uol.com.br

Silvana Potrich Cescon

UniRV - Universidade de Rio Verde, Rio Verde, GO, Brasil

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4124071149021611> ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7948-157X>

E-mail: spc.advogada@gmail.com

Trabalho enviado em 26 de março de 2022 e aceito em 16 de maio de 2022



This work is licensed under a Creative Commons Attribution 4.0 International License.



Rev. Quaestio Iuris., Rio de Janeiro, Vol. 16, N.03, 2023, p. 1336 - 1358

João Porto Silvério Junior e Silvana Potrich Cescon

DOI: 10.12957/rqi.2023. 66208

RESUMO

Este estudo parte do questionamento relacionado à necessidade de encontrar uma solução para a sobrevivência de empresas familiares rurais, conciliado ao alcance dos objetivos de desenvolvimento sustentável previsto na Agenda 2030, da ONU. O ensaio perpassará por questões como a adoção de critérios e técnicas de governança pelos grupos familiares no meio rural e qual a melhor forma de buscar a sustentabilidade econômica no setor. Será aventada a possibilidade de utilização de *holdings* familiares no agronegócio, como possível estratégia para este fim. Para compreender os resultados esperados pela constituição da empresa rural será utilizado o método indutivo, analisando a conceituação doutrinária sobre o desenvolvimento sustentável e suas dimensões, com recorte nas dimensões econômica e social, bem como identificar de que forma a constituição de *holding* patrimonial familiar poderá contribuir para o planejamento sucessório, o aperfeiçoamento da governança, a redução de encargos tributários e a profissionalização da atividade, contribuindo para a sustentabilidade econômica e social da atividade rural. Através de procedimento técnico bibliográfico, analisar-se-á a doutrina especializada e o texto legal, objetivando demonstrar que há viabilidade na instituição de empresa familiar rural como estratégia capaz de contribuir para o desenvolvimento sustentável da atividade rural.

Palavras-chave: Agronegócio; Desenvolvimento sustentável; Sobrevivência; Governança; *Holding* patrimonial

ABSTRACT

This study starts from the questioning related to the need to find a solution for the survival of rural family businesses, reconciled with the achievement of the sustainable development objectives foreseen in Agenda 2030, of the UN. The essay will cover issues such as the adoption of governance criteria and techniques by family groups in rural areas and the best way to seek economic sustainability in the sector. The possibility of using family holdings in agribusiness will be considered, as a possible strategy for this purpose. In order to understand the results expected by the constitution of the rural company, the inductive method will be used, analyzing the doctrinal conceptualization on sustainable development and its dimensions, with a cut in the economic and social dimensions, as well as identifying how the constitution of a family holding can contribute for succession planning, the improvement of governance, the reduction of tax burdens and the professionalization of the activity, contributing to the economic and social sustainability of rural activity. Through a technical bibliographic procedure, the specialized doctrine and the legal text will be analyzed, aiming to demonstrate that there is feasibility in the establishment of a rural family business as a strategy capable of contributing to the sustainable development of rural activity.

Keywords: Agribusiness; Sustainable development; Survival; Governance; equity holding



CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O agronegócio encontra-se atualmente em merecida posição de destaque no debate econômico e nas grandes pautas de discussão no Brasil, com ampla repercussão nos meios de comunicação. Assumiu nos últimos anos grande importância para o crescimento e desenvolvimento do país, sendo responsável por manter o saldo da balança comercial brasileira positiva. É considerado, assim, como o maior negócio da economia brasileira, sendo uma das principais locomotivas do progresso do país (LOUREZANI; LOUREZANI, 2006).

Com seus 8,5 milhões de km², o Brasil é o país mais extenso da América do Sul e o quinto do mundo com potencial de expansão de sua capacidade agrícola de forma sustentável, ou seja, sem degradação do meio ambiente (TCU, 2021).

Entre as potências mundiais produtoras de alimentos, fibras e biocombustíveis, o Brasil é um dos únicos países que tem a possibilidade de expandir suas fronteiras agrícolas, aumentando a produção e protegendo seus remanescentes naturais.

A preocupação ambiental da sociedade têm demandado do setor produtivo e do poder público o desenvolvimento de sistemas de produção sistêmicos, resilientes e sustentáveis. Essas perspectivas consolidam a megatendência de intensificação e sustentabilidade da produção agropecuária¹.

A produção agrícola brasileira tem se destacado, desta forma, como uma das mais produtivas do mundo, com utilização de recursos tecnológicos modernos e eficientes.

Como consequência, a evolução da renda gerada pelo agronegócio, medida pelo PIB, demonstra o crescimento ininterrupto do setor no decorrer dos últimos anos. A maior parte desta produção é realizada por empresas rurais familiares, o que suscita a preocupação com a sustentabilidade destas empresas ao longo das gerações.

Questões inerentes à alta carga tributária, aliadas à má-gestão das empresas rurais tem sido um empecilho à sobrevivência destas empresas, corroborando as estatísticas de baixos índices de empresas que sobrevivem à segunda e terceira geração.

Ademais disso, a preocupação envolve ainda a necessidade de encontrar uma solução que contemple esse risco a que se submete o produtor rural, mas também que concilie o atingimento dos objetivos de desenvolvimento sustentável previstos no Acordo de Paris.

¹ <https://www.embrapa.br/visao/intensificacao-e-sustentabilidade-dos-sistemas-de-producao-agricolas>

Neste passo, a busca por uma solução perpassa a necessidade de adoção de critérios e técnicas de governança, de maneira que a constituição de *holdings* familiares no agronegócio tem sido vista como uma possível estratégia para o planejamento sucessório, visando estruturar a parte herdeira, regrando limites e comportamentos, buscando ainda uma diminuição legal na carga tributária e, de consequência, desenvolver toda a atividade de forma sustentável.

Importante ressaltar que o instituto da *holding* familiar, sobremaneira no meio rural, encontra seu auge nos dias atuais e, evidentemente, deve ser objeto de muito estudo e pesquisa, principalmente se aliado à questão da sustentabilidade.

Desta maneira, a constituição da *holding* patrimonial familiar como estratégia/ferramenta na busca pela sustentabilidade do negócio rural, será o objeto do presente ensaio, visando averiguar eventuais benefícios oriundos da utilização desta forma societária na consecução dos negócios.

A justificação para este trabalho partiu da observação do cenário nacional onde constatou-se que mais de 70% das empresas familiares não sobrevivem à segunda geração (MARINHO, 2020, p. 173).

Desta forma, a necessidade de encontrar caminhos legais e sustentáveis para viabilizar a atividade rural levam à análise de hipóteses, dentre as quais a estruturação de *holdings*, ou seja, a transição entre o exercício da atividade pela pessoa física para o exercício pela pessoa jurídica.

A reflexão percorre a análise das possibilidades aventadas, com exame minucioso do grupo familiar, do patrimônio existente e da atividade desenvolvida, verificando se a constituição da empresa e a referida transição da atividade para a pessoa jurídica conseguirá racionalizar a administração do negócio, possibilitando a utilização de ferramentas de gestão e governança e de consequência, atingir os objetivos e metas do desenvolvimento sustentável.

Analisar-se-á, para tanto, a legislação vigente e a doutrina especializada na temática em estudo, permitindo identificar oportunidades e incentivos, descortinando possíveis vantagens competitivas a garantir sustentabilidade para a atividade do produtor rural. Será utilizado o método indutivo, mediante leitura a livros, artigos e periódicos, os quais possibilitarão sistematizar informações relevantes, evoluir a compreensão e avançar nas propostas alinhadas ao objeto de estudo do presente trabalho.

Utilizar-se-á procedimento técnico bibliográfico, visando o aprofundamento conceitual e teórico. Adotar-se-á uma abordagem multidisciplinar do Direito, porém, com viés prático, voltada à apresentação de um modelo viável à atividade empresarial rural. Ao final, pretende-se propor uma alternativa para a estruturação e preservação do negócio familiar rural, sobretudo a viabilidade de



constituição de *holding* familiar rural para otimizar os custos decorrentes da atividade e consequentemente garantir a sustentabilidade da atividade empresarial agrícola.

1. O impacto do agronegócio no PIB brasileiro

O Agronegócio brasileiro tem sido visto como a mola propulsora da economia do país, sendo considerado uma das principais atividades econômicas do Brasil.

A estimativa do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, é de que a produção agropecuária brasileira para a safra de 2021 atinja a cifra de R\$ 959,66 bilhões, sendo R\$ 651,16 para a lavoura e R\$ 308,50 para a pecuária. São números expressivos e que excetuam as agroindústrias (MAPA, 2021).

Segundo o CEPEA, em 2021, o Produto Interno Bruto do agronegócio brasileiro cresceu 8,36% a despeito dos efeitos adversos do clima sobre as safras agrícolas. Com isso o setor alcançou 27,4% do PIB brasileiro, sendo a maior desde 2004².

A Confederação nacional da Agricultura (CNA) explica³ que nos últimos quarenta anos a produção agropecuária brasileira se desenvolveu de tal forma que o Brasil será o grande fornecedor de alimentos do futuro.

Produzindo cada vez mais, o agronegócio brasileiro reduziu drasticamente o preço da alimentação, melhorando a saúde e qualidade de vida da população urbana, ao liberar seu poder de compra para bens produzidos pela indústria e pelo setor de serviços.

Ademais, ao produzir excedentes cada vez maiores, o agronegócio expandiu suas vendas para o mundo, conquistou novos mercados, gerando superávits cambiais que libertam a economia brasileira.

O efeito transformador desta revolução agrícola dos últimos quarenta anos é certamente o fato mais importante da história econômica recente do Brasil e continua abrindo perspectivas para o desenvolvimento futuro do país.

Para José Bacha (2015, p. 25), “o PIB é indicador de desempenho econômico, em termos de crescimento, estagnação, ou depressão, sendo ferramenta de destaque para a aferição de dados como renda per capita e bem-estar social”.

² https://www.cepea.esalq.usp.br/upload/kceditor/files/Cepea_CNA_PIB_JAn_Dez_2021_Mar%C3%A7o2022.pdf

³ <https://www.cnabrazil.org.br/cna/panorama-do-agro>

É, desta forma, um medidor eficaz para demonstrar a soma de riquezas de um país. Com o *superávit*, há uma maior circulação de renda, com aumento dos postos de trabalho e da variedade de produtos disponibilizados aos consumidores.

Conforme entendimento de Freitas (2019, p. 47), ter um dos maiores PIBs do mundo não representa grande coisa, especialmente se o país deixar à desejar em itens como renda per capita, probidade nas relações públicas e privadas, robustez educacional, segurança física, respeito à biodiversidade e confiabilidade regulatória do ambiente negocial.

Contudo, ao analisar a afirmativa acima colacionada, parece evidente que o alcance de tais metas encontra-se inevitavelmente subordinado à existência de desenvolvimento econômico, de riqueza, propriamente dita.

Por este motivo é importante compreender que a sustentabilidade é multidimensional, assim como o bem-estar é multidimensional. Para alicerçar a sustentabilidade, torna-se indispensável zelar pela dimensão ambiental sem ofensa às dimensões social, econômica, ética e jurídico-política. Tudo em vista da interconexão de tudo (FREITAS, 2019, p. 64).

Torna-se clarividente, assim, a grande importância do agronegócio e sua contribuição para a manutenção e até mesmo a majoração dos números relativos ao PIB brasileiro, pois significa crescimento econômico e desenvolvimento.

No quesito social, o agronegócio também contribui positivamente, uma vez que, segundo dados do IBGE, um em cada três brasileiros é empregado pelo agronegócio⁴. Neste sentido, dados do CEPEA indicam que dentre os quatro segmentos (insumos, primário, agroindústria e agro serviços), o primário foi o único a apresentar aumento na geração de empregos na comparação entre o primeiro trimestre de 2021 e o mesmo período de 2020, de 4,1%.

O aumento das ocupações se concentrou nas atividades da agricultura, com destaque para a horticultura, cereais, soja e o grupo de “outras lavouras”.⁵

Mesmo em época da crise sanitária ocasionada pela Pandemia da Covid-19, o Brasil não parou. Segundo Parra (2020, p. 75), “mesmo com a crise gerada pela pandemia global do novo corona vírus, em 2020 os números do agronegócio continuam positivos”.

⁴ https://www.agrolink.com.br/noticias/agronegocio-emprea-1-3-dos-brasileiros_394016.html

⁵ <https://www.cepea.esalq.usp.br/br/releases/mercado-de-trabalho-cepea-geracao-de-emprego-no-campo-limita-queda-de-populacao-ocupada-no-agronegocio-como-um-todo.aspx>

Partindo da análise dos números, é possível averiguar que não houve paralização do agronegócio. Da mesma forma não ocorreram quaisquer problemas de distribuição ou abastecimento de alimentos para os supermercados e a população brasileira, tendo acontecido um forte ritmo de exportações do agronegócio no período.

Por isso, estudar o agronegócio, as possibilidades de organização societária, e a contribuição desta prática para a sustentabilidade econômica do setor, é de suma importância. As variações dos negócios jurídicos envolvendo o agronegócio, e os impactos no ordenamento e na sociedade, se mostram relevantes, principalmente quanto a tema de exponencial discussão global, como a sustentabilidade e a cooperação do país a termos estabelecidos e ratificados internacionalmente (PARRA, 2020, p. 72).

Torna-se necessário entender o papel social e econômico do agronegócio para, então, compreender sua contribuição à sustentabilidade, vez que a instrumentalização do agronegócio se dá por meio dos negócios jurídicos patrimoniais.

Forçoso lembrar ainda que, na atual conjuntura econômica brasileira, a carga tributária onera demasiadamente toda a atividade econômica. A melhoria do bem-estar social começou a ser ameaçada em um momento crítico, em que a carga tributária atingiu níveis alarmantes para a lucratividade e o desempenho do setor privado.

Um dado interessante e que merece destaque, é que, de forma não excludente, inserida no conceito de agronegócio, a agricultura familiar, representada por mais de 4 milhões de propriedades no país, perfaz a soma de 38% da receita agrícola de produção, o que representa mais de R\$54 bilhões de reais, segundo dados oficiais da EMBRAPA, contribuindo para o desenvolvimento econômico e social, realizando distribuição de alimentos e circulação de bens internamente⁶.

Contudo, cerca de 95% das empresas familiares brasileiras podem ser extintas durante o processo sucessório familiar (RICCA, 2016).

Em que pese empresas familiares constituírem um tipo específico de empresa, onde membros de uma família assumam funções na consecução e condução dos negócios, interagindo entre si, este tipo de negócio acaba sendo um dos maiores propulsores do bem-estar socioeconômico, no que diz respeito à geração de emprego e representatividade no PIB dos países (MAIA, 2010).

⁶<https://www.embrapa.br/aiaf-14-agricultura-familiar-no-brasil>

A este respeito, uma pesquisa desenvolvida por Leite (2012) constatou que no Brasil, mais de 99% dos negócios são originados de empresas familiares, os quais empregam mais de 60% de toda força de trabalho disponível.

A preocupação com a sustentabilidade destas empresas familiares, desta forma, aliada à profissionalização do setor agrícola, rumo à chamada Agricultura 4.0, torna necessário a promoção do estudo e a disseminação das informações de eventuais benefícios oriundos da estruturação de empresa no meio rural, bem como a ação do Estado, visando a promoção de um marco regulatório próprio.

2. A inexorabilidade do Desenvolvimento Sustentável

O Brasil tem um imenso potencial de crescimento devido à sua extraordinária dotação de recursos naturais e sua capacidade de desenvolvimento tecnológico⁷. Alia capital humano à tecnologia, objetivando gerar resultados econômicos positivos e externalidades ambientais e sociais também positivas.

Neste diapasão, a discussão sobre desenvolvimento sustentável é muito rica, e muitas vezes, alvo de diferentes interpretações.

Por isso é necessário e de extrema importância, entender o desenvolvimento sustentável sob todas as dimensões, para que sua definição não seja restringida apenas ao crescimento econômico ou à intocabilidade do meio ambiente.

Em um conceito simplista, pode-se definir a sustentabilidade como o desenvolvimento que satisfaz as necessidades atuais sem comprometer a habilidade das futuras gerações de atender suas próprias necessidades.

Este foi o conceito dado pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento - CMMAD (1988, p. 44), “o desenvolvimento sustentável procura atender às necessidades e aspirações do presente sem comprometer a possibilidade de atendê-las no futuro”. Esta concepção também foi propagada posteriormente, na Conferência da Organização das Nações Unidas (ONU), que ocorreu no Rio de Janeiro, em 1992 (Rio 92), e depois disto o assunto tomou grandes proporções em vista do interesse mundial sobre o tema, crescendo a cada dia e se globalizando.

⁷ <https://www.pwc.com.br/pt/estudos/world-in-2050.html>

Merece status, portanto, de princípio constitucional, vez que promove, a longo prazo, o desenvolvimento propício ao bem-estar pluridimensional (social, econômico, ético, ambiental e jurídico-político), com reconhecimento da titularidade de direitos fundamentais das gerações presentes e futuras, para além das teorias clássicas sobre direitos subjetivos (FREITAS, 2019, p. 15).

Nesta mesma linha de raciocínio, Braz da Silva (2012, p. 24), afirma que a sustentabilidade tem ganhado destaque devido à crescente conscientização da necessidade de melhoria nas condições ambientais, econômicas e sociais, de forma a aumentar a qualidade de vida de toda a sociedade, com preservação do meio ambiente, e buscando ter organizações sustentáveis economicamente e indivíduos socialmente sustentáveis. A adoção de mecanismos sustentáveis tem sido estrategicamente pensada como uma forma de diferenciação de produtos e também para inserção em alguns mercados, trazendo, como consequência, benefícios à sociedade.

Embora por muito tempo o termo sustentabilidade tenha sido utilizado para referir-se apenas às questões florestais e biológicas, na década de 70, passou à incorporação das atividades econômicas, por ocasião, muito provavelmente, da Conferência de Estocolmo (CECHIN, 2015, p. 165).

Nos dias atuais, a sustentabilidade tem sido analisada sob todos os aspectos, todas as dimensões, inclusive a econômica, até mesmo porque a sustentabilidade é baseada em crescimento econômico.

Sachs (2002), traz uma importante abordagem sobre as dimensões da sustentabilidade. No seu entendimento, oito seriam estas dimensões. A dimensão social é aquela que propõe homogeneidade social, distribuição de renda justa, qualidade de vida e igualdade social.

A sustentabilidade cultural aponta para o equilíbrio, a tradição e a inovação, bem como a autonomia na elaboração de projetos nacionais integrados e a combinação entre confiança e abertura cultural para todo o mundo. A dimensão territorial da sustentabilidade trata da equalização entre as configurações urbanas e rurais, visando a melhoria do ambiente urbano e o desenvolvimento de regiões.

Já a sustentabilidade ecológica, considerada em primeiro plano por muitos, é aquela que propõe a preservação do capital natural, limitando o uso desses recursos. Alinha-se, portanto, com a sustentabilidade ambiental, que engloba o respeito aos ecossistemas naturais.

A visão econômica da sustentabilidade aborda o equilíbrio econômico entre todos os setores, a segurança alimentar, a modernização dos meios produtivos, a realização de pesquisas científicas e tecnológicas e a inserção na economia internacional. Por lado outro, a dimensão

política nacional envolve a democracia, os direitos humanos e a implantação de projetos nacionais em parceria com os empreendedores.

Por fim, a dimensão política internacional trata da promoção da paz e da cooperação internacional, do controle financeiro internacional, da gestão da diversidade natural e cultural e da cooperação científica e tecnológica.

Estas dimensões da sustentabilidade, portanto, permitem visualizar todos os elementos envolvidos e que de maneira ou outra são afetados pelas interações da sociedade entre si e com o meio ambiente.

Neste sentido, a boa utilização dos recursos naturais ultrapassou o campo da ideologia da preservação intocada e deu espaço à busca por instrumentos capazes de darem substrato à teoria do desenvolvimento sustentável, tanto em esfera pública quando no planejamento econômico das corporações privadas (PARRA, 2020, p. 52).

Para Sachs (1993, p. 57), a dimensão econômica irá se materializar através de um mais eficiente gerenciamento de recursos, além da inserção ininterrupta de investimentos públicos e privados.

A sustentabilidade econômica, assim, abrange alocação e distribuição dos recursos naturais dentro de uma escala apropriada, ou seja, implicaria dizer que os recursos naturais não podem ser usados de forma mais veloz do que poderiam ser reabastecidos.

Torna-se clarividente o caráter econômico da sustentabilidade. Não significa dizer que o aspecto econômico terá prevalência em detrimento dos outros, mas significa que, mesmo nos outros aspectos (ambiental e social), lá está o caráter econômico (PARRA, 2020, p. 47).

Wedy (2018, p. 198), também afirma que o desenvolvimento sustentável é um direito fundamental, que depreende o direito de pleno desenvolvimento do ser humano, uma vez que “a essência da ordem econômica é assegurar a todos existência digna, da mesma maneira que a garantia de um meio ambiente ecologicamente equilibrado tem como pano de fundo igual fundamento”.

Sob este aspecto, torna-se evidente que o desenvolvimento não precisa ser contraditório com a sustentabilidade, mas sim, precisam caminhar entrelaçados, sempre na observância de todas as suas dimensões.

3. Conciliando a atividade rural com os ODS - objetivos do desenvolvimento sustentável (Agenda 2030)

Para o atingimento de um desenvolvimento sustentável, torna-se necessário, portanto, conciliar as atividades econômicas com práticas sustentáveis. Em vista disso, no ano de 2015, todos os 193 estados membros da Organização das Nações Unidas (ONU) participaram de um evento histórico, a Cúpula das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável, onde firmaram um ambicioso compromisso, com o objetivo de mudar o planeta num prazo de 15 (quinze) anos.

Denominada Agenda 2030, foram firmados 17 (dezessete) objetivos para o alcance do desenvolvimento sustentável, desdobrados em 169 (cento e sessenta e nove) metas e 231 (duzentos e trinta e um) indicadores, tudo em resposta aos efeitos colaterais da globalização.

A contribuição do agronegócio aos objetivos específicos do desenvolvimento sustentável se faz presente em todos os 17 (dezessete) itens. O sistema agroindustrial está presente, como facilitador, em todas as esferas. Todos os desdobramentos do agronegócio fazem do setor um grande aliado à facilitação de implemento da Agenda 2030 no Brasil e no mundo.

Evidente que dentre os objetivos de desenvolvimento sustentável, se sobressaem alguns, mais afetos ao setor e que, de forma direta, impactam no crescimento econômico do setor e à própria sustentabilidade da atividade.

Dentre estes objetivos, pode-se destacar:

Objetivo 1. Erradicação da Pobreza

Objetivo 2. Fome Zero e Agricultura Sustentável

Objetivo 8. Trabalho Decente e Crescimento Econômico

Objetivo 12. Consumo e Produção Responsáveis

O objetivo 12, evidentemente, encontra arrimo com a questão ambiental, atrelada à necessidade de desenvolvimento e de produção ecologicamente correta, sem degradação ao meio ambiente.

Já os objetivos 1, 2 e 8, estão alinhados com a necessidade de desenvolvimento econômico para que as metas sejam alcançadas e os indicadores atinjam os números esperados.

O objetivo 1, a título de exemplo, visa acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares. Para tanto foram estabelecidas metas e indicadores a nível mundial e nacional.

A nível nacional tais metas ambicionam atingir, até 2030, vários resultados, como erradicar a pobreza extrema para todas as pessoas em todos os lugares, medida como pessoas vivendo com menos de PPC\$3,20 per capita por dia; reduzir à metade a proporção de homens,



mulheres e crianças, de todas as idades, que vivem na pobreza monetária e não monetária, de acordo com as definições nacionais.

Além disso, visam assegurar para todos, em nível nacional, o acesso ao sistema de proteção social, garantindo a cobertura integral dos pobres e das pessoas em situação de vulnerabilidade; garantir que todos os homens e mulheres, particularmente os pobres e as pessoas em situação de vulnerabilidade, tenham acesso a serviços sociais, infraestrutura básica, novas tecnologias e meios para produção, tecnologias de informação e comunicação, serviços financeiros e segurança no acesso equitativo à terra e aos recursos naturais.

Outra meta vinculada ao objetivo 1, devidamente traçada na Agenda 2030, é a de construir a resiliência dos pobres e daqueles em situação de vulnerabilidade, bem como reduzir a exposição e vulnerabilidade destes a eventos extremos relacionados com o clima e outros choques e desastres econômicos, sociais e ambientais.⁸

Torna-se evidente que as metas deste objetivo estão diretamente alinhadas com a dimensão da sustentabilidade econômica, pois esta encontra-se preocupada com o desenvolvimento de uma economia que objetiva gerar uma melhor qualidade de vida às pessoas, com padrões que contenham o menor impacto ambiental possível.

Assim, considerando que não há como retroceder nas conquistas econômicas do desenvolvimento, essa dimensão passou a ser considerada no contexto da sustentabilidade. Além disso, o desenvolvimento econômico e a geração de riquezas, como dito em linhas volvidas, são necessários na busca pela diminuição da pobreza, ampliação dos postos de trabalho e consequente melhoria na qualidade de vida da população.

A inclusão da ciência econômica como um dos norteadores que aferem a dimensão da sustentabilidade, pode ser justificada pela necessidade de conjugação de dois elementos cruciais, por um lado “as necessidades da vivência cotidiana e, por outro lado, o uso de recursos para o atendimento dessas necessidades, sendo esses, muitas vezes, limitados ou finitos”. (NUSDEO, 2016, p.29)

Neste sentido, Parra (2020, p.33) afirma que o Direito é a ciência capaz de jungir as aspirações sociais às políticas de Estado, enquanto a própria Economia se reveste como elemento integrador entre as referidas aspirações e a necessidade de balizas jurídicas que formalizem tais intentos.

⁸ <https://www.ipea.gov.br/ods/ods1.html>

Tudo isso se justifica pelo fato de os recursos para satisfazer às necessidades dos seres humanos serem finitos. A economia, portanto, terá a missão de administrar tal escassez.

Freitas (2019, p. 74), a este respeito, preleciona que a dimensão econômica da sustentabilidade evoca a busca pelo equilíbrio fundamentado, em todas as transações, no atinente a benefícios e custos diretos e indiretos. Desta forma, a economicidade não pode ser dissociada da medição de consequências ecossistêmicas, ou seja, a natureza não pode ser vista banalmente como simples capital.

Dito isto, a abordagem econômica sustentável invoca a necessidade de aprimoramento de governança, ampliação de renda, numa equação custo-benefício que pende para externalidades positivas.

Desta forma, ignorar a relação visceral existente entre a economia e a sustentabilidade, significaria ignorar um princípio constitutivo da própria manutenção do negócio.

Sob esta ótica, forçoso lembrar que o entendimento de que o desenvolvimento sustentável é necessário às atividades do agronegócio, é de primordial importância para a prosperidade do setor nos anos vindouros, tanto sob o aspecto ambiental, quanto no econômico.

Isto porque, no âmbito agroindustrial, a sustentabilidade nada mais é que encontrar um ponto de equilíbrio entre as aspirações sociais, econômicas e ambientais de toda a sociedade e do meio ambiente. Torna-se evidente a preocupação no aspecto ambiental, principalmente pela degradação do ambiente e utilização dos recursos naturais na produção. Contudo, não se pode deixar de considerar questões fulcrais como a busca por riqueza e lucro e a própria justiça social.

Em vista desta necessidade de aliar a busca pelo lucro (geração de riqueza) ao fator ambiental para atingir o desenvolvimento sustentável, sem perpassar pelas demais dimensões de uma sustentabilidade “completa” ou “ideal”, é que a constituição de *holdings* patrimoniais familiares no âmbito rural tem sido vista como um mecanismo, uma estratégia, capaz de auxiliar o produtor rural na realização de seus objetivos, ao mesmo tempo em que o mantém alinhado com a inexorável sustentabilidade.

4. A *holding* como ferramenta do desenvolvimento sustentável

As discussões sobre *holdings* familiares têm ganhado espaço em vista da descoberta, por muitos, dos benefícios desse planejamento societário.

A expressão *holding* origina-se da língua inglesa, especificamente do verbo *to hold* que significa controlar, manter, deter, sustentar ou guardar. A expressão *holding company*, ou mais comumente conhecida como *holding*, se presta a designar pessoas jurídicas, ou sociedades detentoras de bens e direitos.

De forma simplista, a *holding* pode ser definida como uma empresa de participação societária, gestora de participações por meio de ações ou quotas.

Mamede, Mamede (2021, p. 16), sob esse aspecto, entendem que é nesta simplicidade em sua essência que já se coloca o primeiro ponto crucial: não é algo que sirva para qualquer um, que se aplique a todo e qualquer caso. Sua afirmativa é a de que é preciso procurar uma solução específica para cada pessoa, cada família, cada conformação patrimonial, negócio ou conjunto de negócios.

É nesta análise prévia e pormenorizada que será identificada ainda a forma societária adequada àquele grupo familiar, visando atender aos objetivos específicos daquele negócio.

O trabalho de especialistas, neste sentido, se torna indispensável, vez que é necessária uma análise não apenas jurídica, mas administrativa, contábil econômica e organizacional.

Assim, o correto planejamento é efetuado através da investigação do caso concreto, com projeções de como será e de que maneira se alcançaria tal meta. Neste passo, pode-se revelar inviável, estabelecendo que a forma atual é a mais adequada, ou mesmo evoluir para um terceiro modelo. Por isto a necessidade de profissionais altamente habilitados e que dominem o Direito Societário, além das disciplinas acessórias acima elencadas.

Sob esse aspecto, dizer que a constituição da *holding* é, de maneira abrangente e geral, benéfica a todos, pode ser um erro crucial.

Neste sentido, adotando-se a ideia constante do termo grego *Pharmakon*, considerado como uma técnica que se comporta como remédio ou como veneno a depender da dose utilizada, poder-se-ia hipnotizar que a *holding* se comportará como um remédio ou como um veneno, a depender do grupo familiar que a tiver instituído. Ainda, dependeria da forma como fosse constituída e administrada, vez que, como mencionado em linhas volvidas, é necessária uma análise pormenorizada do grupo familiar, do patrimônio e do negócio para verificar se é viável a

constituição de tal prática ou se pode vir a se tornar algo prejudicial à sustentabilidade econômica daquela atividade rural.

A constituição de *holding* é uma espécie de técnica voltada à garantia da sustentabilidade da atividade rural e, como toda e qualquer técnica, à guisa do termo *Pharmakon*, que também é técnica, pode se comportar como remédio ou veneno, à depender do tipo da estrutura do grupo familiar ou do negócio rural.

Por isso é preciso cuidado na utilização desta técnica, exatamente porque, em sendo técnica, é *Pharmakon* e, sendo *Pharmakon* causa efeitos colaterais. Conforme exemplo dado por Derrida (1972, p. 59), o sentido da palavra *Pharmakon* “*Apparità meglio allora, lo speriamo, quella polisemia regolata che ha permesso, per distorsione, indeterminazione e sovradeterminazione, ma senza controsenso, di tradurre la stessa parola con “rimedio”, “veleno”, “droga”, “filtro”, ecc.*”⁹

Conforme se percebe, é preciso não somente verificar se a técnica, o *Pharmakon*, é adequado para a situação relacionada ao grupo familiar ou ao negócio rural, sob pena de, em sendo constituída a *holding*, se inviabilizar o negócio e se caminhar em sentido contrário à sustentabilidade.

No setor agropecuário, essa análise perpassa por questões substanciais envolvendo as três principais figuras, a família, o patrimônio e o negócio. Dados inerentes ao número de herdeiros e à forma de relacionamento entre eles, identificando eventuais atritos existentes, o envolvimento destes com o empreendimento, averiguando o nível de capacitação para a sucessão no negócio, o perfil do administrador da atual geração (patriarca), são questões relacionadas à família.

O tamanho e localização do patrimônio (mormente as propriedades rurais), bem como as questões legais relativas aos imóveis (georreferenciamento, CAR, passivo ambiental, etc.), são inerentes ao patrimônio, e as informações relacionadas ao próprio negócio, como o segmento e a cultura produzida, a saúde financeira do grupo familiar, o regime fiscal utilizado, entre outras informações, são necessárias à prévia análise da situação.

De posse destas informações, após análise acurada dos dados, os profissionais conseguirão estabelecer se a constituição da *holding* é viável e, sendo, qual a forma societária mais adequada àquele grupo familiar. Ou seja, deve-se formular a seguinte pergunta quando da análise da viabilidade da constituição de uma *holding* familiar: a *holding* será um remédio ou um veneno para a atividade e para o grupo familiar?

⁹ “...Ficará mais claro agora, esperamos, aquela polissemia regulada que permitiu, por distorção, indeterminação e supra determinação, mas sem sentido contrário, de traduzir a mesma palavra com “remédio”, “veneno”, “droga”, “filtro”, etc.” (tradução livre)

Além de esclarecer se a constituição da *holding* será benéfica ao negócio, torna-se necessário ainda verificar qual o tipo societário adequado àquele grupo familiar e àquele negócio, sob pena de vir a ser um malefício.

Dentre os doutrinadores especialistas no assunto, inúmeras são as formas ou tipos societários de uma *holding*.

Mamede, Mamede (2021, p. 29) classificam as *holdings* em seis diferentes tipos: sociedade simples comum, sociedade em nome coletivo, sociedade em comandita simples, sociedade limitada, sociedade anônima e sociedade em comandita por ações.

Por lado outro, diversos estudiosos sobre o tema têm aventado incontáveis outras classificações.

Araújo e Rocha Junior (2021, p. 3) classificam em oito diferentes formas de organização: holding pura, holding mista, holding familiar, holding imobiliária, holding patrimonial ou sociedade patrimonial, holding de controle, holding de participação e holding de administração.

As referidas classificações, em alguns aspectos, se confundem com aquelas listadas por Mamede e Mamede, diferenciando unicamente na nomenclatura.

Dentre as classificações previstas acima, se destaca mais apropriada ao produtor rural, a sociedade limitada, tipo societário em que a responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

Neste tipo societário o capital social é dividido em quotas, com opção para dois sistemas distintos: o de quotas iguais, onde todo o capital social é dividido em quotas do mesmo valor, sendo atribuído a cada sócio o número de quotas correspondente à sua participação no capital social, ou ainda o de uma quota para cada sócio, no valor total de sua participação no capital social.

No meio rural, a prática mais comum é a integralização de capital social através de imóveis rurais. Nesta situação, a fórmula comumente utilizada, é de atribuição do valor de avaliação do imóvel para fins de imposto de renda e imposto territorial rural, ao valor de integralização para cada imóvel, consolidando as quotas ao sócio que efetivamente integralizou aquele imóvel.

5. Constituição de *holding* patrimonial familiar no meio rural como estratégia para atingir os objetivos do desenvolvimento sustentável e a própria sustentabilidade do negócio

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), em 2018 todas as cadeias do agronegócio, inclusas as agroindústrias, renderam ao país cerca de R\$ 489 bilhões em tributos (MAPA, 2021).

Os números são bastantes expressivos e demonstram de forma clarividente a importância do setor para a economia brasileira.

Com uma carga tributária tão elevada, a busca por incentivos fiscais é uma medida obrigatória para aqueles que pretendem se sustentar no negócio e crescer nessa área. O objetivo é desenvolver estratégias tributárias e de gestão do risco fiscal visando redução tributária.

Ao verificar os objetivos do desenvolvimento sustentável, estabelecidos e narrados na Agenda 2030 da Organização da Nações Unidas, pode-se verificar que encontram ligação direta com o desenvolvimento do setor agropecuário.

Mormente os objetivos 1, 2 e 8, estão diretamente vinculados ao bom funcionamento do agronegócio, vez que este representa 27,4% do PIB brasileiro.

Desta forma, considerando a necessidade arrecadatória dos governos para o fim de custeio das políticas públicas que visam a erradicação da pobreza, o fim da fome e a sustentação da segurança alimentar, a renda oriunda da arrecadação tributária advinda do setor é de fundamental importância.

No quesito social, a geração de emprego e renda pelo agronegócio brasileiro também é de extrema relevância para atingir as metas traçadas para cada uma das ODS.

Para tanto, necessária a manutenção próspera das atividades agropecuárias e um eventual crescimento do setor, através da profissionalização do negócio, adotando práticas de governança e gerenciamento adequados. Neste quesito, a adoção da *holding* configura-se como uma estratégia eficaz para a manutenção e crescimento do negócio.

Contudo, o sucesso da constituição e uso da *holding* está diretamente vinculado ao estabelecimento de uma base jurídica segura e adequada para dar tradução correta e otimizada aos interesses, deveres e direitos das partes envolvidas, permitindo que o negócio efetivamente conduza ao resultado visado. (MAMEDE; MAMEDE, 2021)

Por este motivo, o estudo do tema, com consequente demonstração destes benefícios, poderá contribuir para o desenvolvimento do setor.

Um levantamento inicial prévio identificou a existência de juristas e doutrinadores concordes com a existência de concretas vantagens ao produtor rural quando constituída a *holding* rural, contribuindo para a sustentabilidade do negócio e o crescimento do setor.

De acordo com Teixeira (2019), é inegável que, principalmente no ordenamento jurídico brasileiro, a constituição de uma sociedade personificada com limitação da responsabilidade dos sócios continua sendo uma importante forma para a estruturação do planejamento sucessório.

Na mesma linha de raciocínio, Garcia (2018) considera que a constituição de *holding* permite evitar possíveis conflitos entre os herdeiros, esquivar-se de encargos e tributação sucessória excessivos, coibir o uso do condomínio civil em imóveis e disciplinar a divisão dos bens do autor da sucessão em relação aos seus herdeiros, equacionando e evitando ao final, possíveis conflitos entre eles.

Segundo Loubet (2017), o legislador constituinte preocupou-se com as pessoas que se dedicam à atividade rural, justamente pela importância que esse segmento econômico exerce no atendimento das necessidades básicas do cidadão, como a alimentação.

O constituinte, assim, tomou por certo que a manipulação da tributação para a atividade rural é um dos meios para se atingir os objetivos traçados pela Constituição, tornando-o um dos mecanismos para consecução das políticas públicas do agronegócio de forma sustentável.

Considerando o peso atribuído ao setor, a sustentabilidade econômica e o crescimento desta atividade ficam, de maneira bastante clara, vinculados à necessidade de readequação e melhoria da gestão e redução da carga tributária.

A implementação de uma sistemática de gestão profissionalizada, com uso das ferramentas de governança, são apenas exemplos de práticas que tendem a ser adotadas quando constituída a *holding* patrimonial familiar.

Isto porque é prática comum entre as empresas e negócios familiares, a confusão entre as questões familiares e as negociais, o que interfere e prejudica o desenvolvimento do negócio.

É comum, pelo jeitinho brasileiro de ser, a discussão de questões familiares nas empresas e no horário de trabalho, o que é inadmissível. As questões familiares devem ser tratadas fora do ambiente empresarial. Assim, um “Acordo Empresarial-Familiar” para conscientizar, gerar segurança, desbastar desgastes familiares que contaminam parentes, colaboradores, clientes, fornecedores, pode ser uma boa ferramenta e auxiliar, necessariamente, em uma boa gestão. Em

vista dessa complexidade de relações e da alta competitividade desse modelo é que estudiosos e instituições empresariais se dedicam ao tema “Empresa Familiar” (GARCIA, 2018, p. 93).

Dentre os benefícios oriundos da implementação da *holding* patrimonial familiar, Garcia segue narrando outras vantagens, como a possibilidade de resguardar os interesses dos sócios através da centralização e interação na administração das várias empresas, ou no caso do agronegócio, várias fazendas.

Isso acarreta em um maior poder de negociação na obtenção de financiamentos e nos negócios firmados com terceiros, melhor oportunidade de organizar a sucessão, tanto hereditária, quanto do próprio negócio, possibilitando o treinamento e capacitação das gerações seguintes antes de assumir o papel de gestor.

Além desses benefícios, obtém-se um planejamento tributário com expressiva economia, marketing, RH e financeiro centralizados e controlados de forma estruturada e homogênea com redução das despesas operacionais.

Nesta esfera, Mamede e Mamede (2021) ensinam que as vantagens tributárias devem ser avaliadas conforme o cenário fiscal, sendo importante o planejamento tributário para a geração do melhor resultado possível nas escolhas fiscais.

É correto dizer, de consequência, que um bem elaborado estudo tributário poderá direcionar o produtor rural à forma mais benéfica e eficaz de organização societária.

Neste sentido, também a experiência profissional tem demonstrado que a constituição de *holding* mostra-se benéfica em inúmeros sentidos, dentre eles, a questão tributária.

A despeito da iniciativa de alguns produtores rurais em adotar a *holding* patrimonial rural no seu negócio, ainda são muitos os que, mesmo após a constituição da *holding*, desenvolvem a atividade ainda na pessoa física, fazendo uso, para tanto, de institutos como o contrato de parceria ou de arrendamento.

Esta prática está ligada à falta de informações e de estudo adequado, que possa identificar qual a forma de organização mais benéfica para a consecução dos negócios: produção 100% na pessoa física, 100% na pessoa jurídica, ou uma mescla entre os dois.

Novamente neste aspecto, surge o questionamento ligado à noção de *Pharmakon*, aplicando-se a mesma ideia ao papel da *holding*, ou seja, é preciso considerar se a adoção desta estruturação societária virá a ser um remédio ou um veneno à atividade e ao grupo familiar. Trata-se de uma verdadeira análise de custo benefício da instituição da *holding*.

Ainda neste sentido, no meio rural o conhecimento gerencial é quase sempre baixo, o que ocasiona a ausência de um planejamento estratégico na consecução dos negócios. Por este motivo, a intervenção do jurista é de primordial importância. Em vista disso, a pesquisa científica neste campo eleva o nível de atualização da intervenção jurídica, reaproximando a academia, o jurista e o produtor rural. Esta reaproximação do advogado com a atividade cotidiana do cliente pode torná-lo um consultor do que será feito e conduzir a uma elevação da qualidade do trabalho e de sua eficácia, o que proporcionará segurança e prosperidade também para a sociedade.

Todos esses fatores somados, contribuem para a manutenção da família no meio rural, sem segregação do patrimônio, promovendo a sustentabilidade econômica do negócio e cooperando para que as empresas e negócios familiares possam subsistir muito além da primeira ou segunda geração.

Atingidas estas metas, o sucesso desta implementação encontra vinculação direta com o êxito dos objetivos do desenvolvimento sustentável traçados pela ONU.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve por escopo analisar os problemas enfrentados pelo produtor rural pessoa física, relacionados à alta carga tributária e à ausência de estratégias capazes de auxiliar na gestão das propriedades rurais. Buscou-se ferramentas capazes de promover o atingimento dos objetivos do desenvolvimento sustentável e a própria sustentabilidade do negócio.

No decorrer do estudo, promoveu-se o questionamento quanto à viabilidade da utilização da forma societária *holding* patrimonial como mecanismo na busca da sustentabilidade econômica e social no meio rural.

Para compreender os resultados esperados pela constituição da empresa rural foi utilizado o método indutivo, analisando a conceituação doutrinária sobre o desenvolvimento sustentável e suas dimensões, com recorte nas dimensões econômica e social.

Inicialmente foi promovido um levantamento técnico bibliográfico prévio, onde se identificou o entendimento de que a atividade de produção rural, envolvendo agricultura, pecuária ou agroindústria de uma maneira geral, possui grande importância para o desenvolvimento do país, constituindo-se uma das bases sustentadoras da economia nacional.

Revelou-se, pela leitura da doutrina previamente selecionada, que incontáveis são os benefícios da implementação desta estratégia, qual seja, a constituição de *holding* patrimonial familiar, sobremaneira na questão sucessória, de gestão do negócio, e na esfera tributária.



Constatou-se, através da análise de dados governamentais, que os valores arrecadados pelo setor são extremamente elevados, e de fundamental importância para a economia nacional, o que torna a questão arrecadatória vinculada ao setor, uma forte ferramenta governamental para atingir os ODS - objetivos de desenvolvimento sustentável elencados na Agenda 2030 da ONU.

Por esse motivo, a constituição da *holding* familiar rural pode trazer ao produtor rural inúmeras vantagens, como organizar o planejamento sucessório, estruturar a parte herdeira, melhorar a estrutura das relações entre a família, o negócio e o patrimônio, otimizar as relações familiares e formar uma estrutura administrativa com regras, funções e responsabilidades bem definidas.

Além destas incontáveis vantagens, a constituição da *holding* familiar rural poderá implicar, na prática, em uma substancial e concreta redução da carga tributária, sobremaneira aquela incidente sobre os rendimentos da pessoa física, mediante distribuição de lucros entre os sócios, sem sujeição à incidência do Imposto de Renda na fonte ou integração da base de cálculo de renda do beneficiário.

Evidenciou-se a contribuição da *holding* para o planejamento sucessório, o aperfeiçoamento da governança, a profissionalização da atividade, e a possibilidade de redução tributária para o produtor rural, contribuindo para a sustentabilidade econômica e social da atividade rural e sobrevivência da empresa rural.

Apesar das inúmeras e aparentes vantagens, e da *holding* estar no seu apogeu, é um instrumento pouco utilizado no Brasil, proporcionalmente ao número de grupos familiares atuantes no agronegócio. A falta de informação do setor agrícola, os altos custos para a constituição societária, a inexistência de políticas públicas de incentivo à constituição, aliados à inexistência de um sistema regulatório específico, são alguns fatores que contribuem para a parca utilização deste tipo de organização societária no meio rural.

REFERÊNCIAS

ARAUJO, Elaine Cristina de; ROCHA JUNIOR, Arlindo Luiz. **Holding: visão societária, contábil e tributária**. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2021.

BACHA, Carlos José Caetano. **Entendendo a Economia Brasileira**. 3. Ed. São Paulo: Alínea, 2015.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Agropecuária brasileira em números**. Brasília, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/politica-agricola/todas-publicacoes-de-politica-agricola/agropecuaria-brasileira-em-numeros/abn-01-2021.pdf/view>. Acesso em 24 nov. 2021.



BRAZ DA SILVA, Denivaldo. **Sustentabilidade no Agronegócio: dimensões econômica, social e ambiental**. Comunicação & Mercado/UNIGRAN. Dourados - MS, vol. 01, n. 03, p. 23-34, jul-dez 2012. Disponível em file:///C:/Users/Silvana/Downloads/Sustentabilidade%20no%20Agroneg%C3%B3cio_%20dimens%C3%B5es%20econ%C3%B4mica,%20social%20e%20ambiental.pdf. Acesso em 22 nov. 2021.

CECHIN, Andrei. **A natureza como limite da economia: a contribuição de Nicholas Georgescu-Roegen**. São Paulo: Editora Senac São Paulo/Edusp, 2010.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO (CMMAD). **Nosso futuro comum**. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1988.

DERRIDA, Jacques. **La Farmacia di Platone**. Milano: Jaca Book, 2007.

FREITAS, Juarez. **Sustentabilidade: direito ao futuro**. 4. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2019.

GARCIA, Fátima. **Holding Familiar: Planejamento sucessório e proteção patrimonial**. Maringá: Viseu, 2018.

LEITE, Gleucir. Processo de sucessão e desafios da profissionalização: **estudo em quatro empresas familiares na região metropolitana de Belo Horizonte/MG**. 2012. 100 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Faculdade Novos Horizontes, Belo Horizonte, 2012.

LOUBET, Leonardo Furtado. **Tributação Federal no Agronegócio**. São Paulo: Noeses, 2017.

LOURENZANI, W. L.; LOURENZANI, A. E. B. S. Potencialidades do Agronegócio Brasileiro do Amendoim. In: **Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural**, 44, 2006. Anais do XLIV SOBER. Fortaleza: SOBER, 2006, 1 CD.

MAIA, Tatiane Silva Tavares. **Ação empreendedora, sucessão e governança em empresas familiares: em direção a formação de capital**. In: SEMINÁRIOS EM ADMINISTRAÇÃO, 13., 2010, Rio de Janeiro. Anais... Rio de Janeiro: SEMEAD, 2010.

MAMEDE, Gladston; MAMEDE, Eduarda Cotta. **Holding Familiar e suas Vantagens**. 13. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2021.

MARINHO, K. **O planejamento sucessório como forma de minimização de conflitos e expansão da atividade familiar**. In: BURANELLO, R.; QUEIROZ, J. E. L. (Org.). *Revista Brasileira de Direito do Agronegócio*. V. 3. São Paulo: Thoht, 2020. p. 173-190.

Mercado de trabalho/CEPEA: Agroindústria contribui para estabilidade na população ocupada no agro. **Cepea/Esalq**. 03 dez. 2019. Disponível em <<https://www.cepea.esalq.usp.br/br/releases/mercado-de-trabalho-cepea-agroindustria-contribui-para-estabilidade-na-populacao-ocupada-no-agro.aspx>>. Acesso em 22 nov. 2021.

NUSDEO, Fábio. **Curso de Economia: Introdução ao Direito Econômico**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016.

PARRA, Rafaela Aiex, **Agronegócio, sustentabilidade e a Agenda 2030: a relação entre economia verde, Código Florestal e poder judiciário**. Londrina, PR: Troth, 2020.

RICCA, Domingos. **95% das empresas familiares são extintas no processo de sucessão à segunda ou terceira geração**. Fundação Vanzolini. São Paulo, 10 de mai. de 2016. Disponível em:



Rev. Quaestio Iuris., Rio de Janeiro, Vol. 16, N.03, 2023, p. 1336 - 1358

João Porto Silvério Junior e Silvana Potrich Cescon

DOI: 10.12957/rqi.2023. 66208

[SACHS, Ignacy. **Estratégias de transição para o século XXI**. In: BURSZTYN, M. Para Pensar o Desenvolvimento Sustentável. São Paulo: Brasiliense, 1993.](https://vanzolini.org.br/noticia/95-das-empresas-familiares-sao-extintas-no-processo-de-sucessao-segunda-ou-terceira-geracao/#:~:text=10%2Fmaio%2F2016-,95%25%20das%20empresas%20familiares%20s%C3%A3o%20extintas%20no%20processo%20de,%C3%A0%20segunda%20ou%20terceira%20gera%C3%A7%C3%A3o&text=Segundo%20dados%20do%20IBGE%20(Instituto,constitu%C3%ADdas%20no%20pa%C3%ADs%20s%C3%A3o%20familiares. Acesso em 04 mar. 2021.</p>
</div>
<div data-bbox=)

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

TCU. **Agricultura e Desenvolvimento Rural**. Disponível em <https://portal.tcu.gov.br/desenvolvimento-nacional/agricultura-e-desenvolvimento-rural.htm>. Acesso em: 04 mar. 2021.

TEIXEIRA, Daniele Chaves (Coord). **Arquitetura do Planejamento Sucessório**. 2. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2019.

WEDY, Gabriel. **Desenvolvimento sustentável na era das mudanças climáticas: um direito fundamental**. São Paulo: Saraiva, 2018.

Sobre os autores:

João Porto Silvério Junior

Doutor em Direito Processual, Professor Titular de Processo Penal da Faculdade de Direito da UniRV (Graduação e Pós-graduação), Coordenador do Programa de Pós-graduação (Mestrado) em Direito do Agronegócio e Desenvolvimento da UniRV (PPGDAD); Promotor de Justiça Criminal na Capital – GO; Pesquisador Líder do Grupo de Pesquisa junto ao CNPq “Processo Fraternal e Direito do Agronegócio”; Membro da Câmara de Pós-graduação da UniRV; Membro do NDE da Faculdade de Direito da UniRV; UniRV - Universidade de Rio Verde, Rio Verde, GO, Brasil
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8323553235935271> ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0633-9318>
E-mail: portosilverio@uol.com.br

Silvana Potrich Cescon

Mestranda do Curso de Pós-Graduação em Direito do Agronegócio e Desenvolvimento da Universidade de Rio Verde (PPGDAD); Especialista em Direito Previdenciário pela Universidade Cândido Mendes; Especialista em Direito Tributário pela Universidade Anhangüera – UNIDERP, em Direito do Agronegócio, Meio Ambiente e Desenvolvimento pela Universidade de Rio Verde – UniRV e em Direito do Agronegócio pela Universidade de Araraquara - Uniara. Advogada OAB/GO.
UniRV - Universidade de Rio Verde, Rio Verde, GO, Brasil
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4124071149021611> ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7948-157X>
E-mail: spc.advogada@gmail.com

Os autores contribuíram igualmente para a redação do artigo.

